



INTERPELAÇÃO ESCRITA

Desenvolvimento das técnicas de reprodução assistida

Com o desenvolvimento socioeconómico, são cada vez mais acentuadas as situações de casamento e procriação tardias, pois, segundo a Base de Dados das Mulheres, a idade, em média, dos pais de recém-nascidos subiu consecutivamente nestes últimos seis anos, passando de 29 anos em 2014 para 31,2 anos em 2016, portanto, há que prestar atenção aos alertas dos estudos médicos, ou seja, a taxa de fertilidade tem uma relação inversa com a idade, situação esta que, aliada a outros factores, leva os casais com problemas de fertilidade ou com idades mais avançadas, mas com grande vontade de ter filhos, a recorrer aos serviços de reprodução assistida.

Na verdade, com a queda contínua da taxa de natalidade, as acções de incentivo à natalidade têm de ser acompanhadas de medidas de apoio complementares, podendo a reprodução assistida ter aqui um papel importante. Actualmente, o Governo, através do Complexo Hospitalar Conde de S. Januário, só disponibiliza serviços de inseminação artificial (IA) cuja taxa de sucesso é baixa, não disponibiliza serviços de fertilização *in vitro* (FIV) cuja taxa de sucesso é maior. Mais, com a suspensão da requisição e encaminhamento ao exterior dos serviços de reprodução assistida em 2016, os casais com problemas de fertilidade tiveram de passar a recorrer a esses serviços no exterior ou noutras instituições médicas a expensas próprias. Uma instituição médica do sector privado criou um Centro de Reprodução Assistida com serviços de FIV, mas a verdade é que estes serviços não beneficiam



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

dos apoios financeiros e os seus custos são bastante altos para as famílias normais, o que, directa ou indirectamente, acaba por afastá-las.

Além disso, o contínuo desenvolvimento da reprodução assistida gera problemas de natureza técnica e ética, logo, surgem lacunas que têm de ser integradas por lei. Em 2018, o Governo finalizou a consulta pública sobre o texto da proposta de lei da medicina de reprodução assistida e, em 2019, na resposta a uma interpelação escrita minha, afirma que o respectivo texto já foi encaminhado para seguimento dos serviços jurídicos e que vai fazer todo o possível para que a proposta seja apresentada, quanto antes, à Assembleia Legislativa, porém, nada mais se ouviu até hoje.

Assim sendo, interpele sobre o seguinte:

1. As conclusões da consulta pública sobre a Lei da medicina de reprodução assistida foram publicadas há mais de três anos, portanto, há que regular e apoiar o seu desenvolvimento, face aos avanços entretanto registados e ao aumento da respectiva procura. O Governo vai fazê-lo, acelerando o ritmo da respectiva produção legislativa?
2. Em 2019, na resposta a uma interpelação escrita minha, o Governo afirma que a elaboração do plano de desenvolvimento contínuo e de formação de médicos especialistas na área da reprodução assistida já está concluída. Quais são então os resultados? Quando é que os serviços de inseminação artificial e outros serviços de reprodução assistida mais modernos vão ser disponibilizados, para maior comodidade dos residentes?
3. Há uma instituição médica do sector privado que disponibiliza serviços de FIV e com a qual o Governo podia colaborar sob a forma de aquisição de serviços,



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

podendo ser esta uma das vertentes da política de incentivo à natalidade, no sentido de se alargar a oferta de terapêuticas a um maior número de casais com problemas de fertilidade. O Governo vai fazê-lo?

25 de Junho de 2021

A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM

Wong Kit Cheng